AS QUESTÕES MORAIS E OS DEMAIS PROBLEMAS NACIONAIS ÀS VÉSPERAS DAS ELEIÇÕES GERAIS DE OUTUBRO DE 2026

Aldemario Araujo Castro
Advogado
Mestre em Direito
Procurador da Fazenda Nacional
Brasília, 19 de setembro de 2026

Recebi, dias atrás, depois de ter escrito o texto TELEGRAMAS SOBRE A CRISE INSTITUCIONAL ÀS VÉSPERAS DAS ELEIÇÕES: TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE REPUBLICANA, uma mensagem contendo a seguinte e inusitada pergunta:

> Por que a maioria dos integrantes do STF aparece em seguidas notícias associados a negócios “estranhos”, eventos e festas promovidos por empresas, viagens em jatinhos particulares e procedimentos nada republicanos, enquanto uma minoria de membros da Corte não figura nesses registros?

Encaminhei, diante da interessante provocação, uma resposta com o seguinte conteúdo:

> O comportamento de cada membro do STF, como, de resto, o de qualquer pessoa, segue sua pauta de valores morais. Para certas pessoas, dentro ou fora do Supremo, “falam mais alto” o dinheiro, o poder, a vaidade e todo tipo de “pompa e circunstância”. Desconsideram até o alerta de Jesus: “Como é difícil

> entrar no Reino de Deus quem coloca a sua segurança nas riquezas” (Marcos 10:24).

A fórmula civilizada para conter o vale-tudo em busca de riqueza, poder e vaidade (manifestações de egoísmo) é a fixação de regras jurídicas de conduta fundadas em valores nobres, como o interesse público, a impessoalidade, a justiça, a solidariedade, a fraternidade e a cooperação.

Por essa razão existe um forte movimento na sociedade civil no sentido da adoção de um espartano código de ética para os integrantes do STF, estendido aos membros dos tribunais superiores. Não escapam às preocupações da cidadania mais consequente:

> a) a modificação do processo de escolha dos ministros;
>
> b) a paridade de gênero na composição do colegiado;
>
> c) a fixação de mandato para o exercício da função;
>
> d) a limitação de decisões monocráticas e
>
> e) a redefinição do foro privilegiado.

Deve ser pontuado que o debate em torno do controle do exercício do poder, da responsabilização dos agentes públicos e da máxima efetividade do princípio da moralidade é importantíssimo e urgente para o aperfeiçoamento das instituições republicanas, notadamente no âmbito do Judiciário, na atual quadra da história brasileira.

Ocorre que estamos a menos de vinte dias da escolha do Presidente da República, de dois terços do Senado Federal, da totalidade da

Câmara dos Deputados, dos Governadores e dos Deputados Estaduais e Distritais.

Esse momento eleitoral exige um debate sério e consequente acerca dos inúmeros e profundos problemas vivenciados pela sociedade brasileira. São eles que efetivamente definem o nível de qualidade de vida dos brasileiros. Eis alguns dos mais importantes:

> a) o rentismo e a administração da Dívida Pública, incluída a fixação da taxa básica de juros;
>
> b) as graves deficiências de atendimento do setor de saúde;
>
> c) a necessidade de elevar a qualidade da experiência educacional, inclusive com a universalização da educação integral e uso intensivo do esporte;
>
> d) a drástica redução da criminalidade, em especial o combate eficiente às organizações criminosas com atuação nacional;
>
> e) o equacionamento das questões previdenciárias sem a “solução fácil” de redução de direitos;
>
> f) a ampliação sustentável dos direitos sociais (com ênfase na supressão da escala 6x1), da massa salarial e da dinâmica do mercado interno. O tratamento consequente do endividamento das famílias e dos malefícios associados à atuação das bets;
>
> g) a implementação de uma efetiva justiça tributária com redução das incidências sobre o consumo, aumento das incidências sobre grandes patrimônios e revisão

> criteriosa de benefícios fiscais;
>
> h) a defesa da soberania nacional diante de ameaças estrangeiras;
>
> i) a preservação do regime democrático como único ambiente político aceitável para viabilizar o enfrentamento das grandes questões estruturais.

Infelizmente, parece que quase todas as atenções estão voltadas para os embates, internos e externos, relacionados com as condutas de boa parte dos ministros do STF. Esse aspecto, por mais que seja relevante, como ressaltado, não pode ser o elemento definidor das escolhas eleitorais nos dias 4 e 25 de outubro.

Como já afirmei inúmeras vezes, não existem milagres, soluções rápidas ou heróis ungidos por Deus. Sem conscientização, organização e mobilização popular em torno das principais questões e problemas nacionais, não será viável a construção de uma sociedade democrática, justa, solidária e avessa a todas as formas de opressão, preconceito e discriminação.